



Número: **0800191-23.2018.8.15.0831**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **Vara Única de Cacimba de Dentro**

Última distribuição : **27/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 15000.0**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	
Tipo	Nome
ADVOGADO	ANTONIO EMILIO DE SOUSA GUIMARAES
AUTOR	MARTA SANTOS DA SILVA
ADVOGADO	VICTOR HUGO DE SOUSA NÓBREGA
RÉU	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
16173 305	27/08/2018 09:04	PETIÇÃO INICIAL	Documento de Comprovação
16173 224	27/08/2018 09:04	Petição Inicial	Petição Inicial



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE CACIMBA DE DENTRO/PB.

JEFFERSON LIMA DA SILVA, brasileiro, menor impúbere; **MARIA EDUARDA LIMA DA SILVA**, brasileira, menor impúbere; **JOALISON LIMA DA SILVA**, brasileiro, menor impúbere; **TODOS**, neste ato, REPRESENTADOS por sua genitora, **MARTA SANTOS DA SILVA**, brasileira, viúva, agricultora, com CPF nº 092.394.414-17, todos residentes e domiciliados na Rua Projetada, s/n, Cacimba de Dentro-PB, por meio de seus advogados adiante assinados, conforme procuração anexa, com endereço profissional no rodapé, onde recebem intimações e notificações, vêm respeitosamente perante Vossa Excelência propor a presente:

<p align="center">AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) EM VIRTUDE DE MORTE</p>
--

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, CEP 20031-205, Rio de Janeiro/RJ, o que faz de acordo com os fundamentos fáticos e jurídicos que passa a expor:

DA JUSTIÇA GRATUITA:

Inicialmente, requer as promoventes sejam-lhe concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos exatos termos do art. 4º da Lei 1.060/1950, e 5º, LXXIV, da Constituição

Av. Dom Pedro II, nº 1269, sala 405, Edf. Síntese - Torre
João Pessoa – Paraíba, CEP 58.040-440. Fone (083) 3031-2600 / E-mail: nobregaadvjp@hotmail.com



Federal, por não terem condições de pagar as custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família.

É cediço que a simples afirmação, nos molde dos dispositivos retro citados, bem como reconhecidos na jurisprudência pátria dominante, é suficiente para o deferimento do pedido, conforme se pode observar na decisão do Tribunal de Justiça da Paraíba, a seguir, litteris:

“Assistência judiciária – Afirmação de pobreza em requerimento da parte – Dispensa de outras provas.

Não é necessário, para a concessão do benefício da assistência judiciária, que a parte prove sua condição de necessitado. Basta, a simples afirmação de sua pobreza, até sua prova em contrário.

Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária, a recorrer aos benefícios da Defensoria Pública.” (TJ/PB – 2ª Câmara Cível – Apelação Cível nº 1996.004267-6. Rel. Des. Antônio Elias de Queiroga – Data do julgamento: 24/03/1997 – Publ. DJ: 03/04/1997).

Assim, pugnam as promoventes pela concessão dos benefícios da gratuidade judiciária, de modo a serem dispensadas, na hipótese de recurso, do pagamento das custas e demais despesas processuais, além de honorários advocatícios da sucumbência, na improvável hipótese de ver vencido na lide.

I- BREVE RESUMO DOS FATOS:

Av. Dom Pedro II, nº 1269, sala 405, Edf. Síntese - Torre
João Pessoa – Paraíba, CEP 58.040-440. Fone (083) 3031-2600 / E-mail: nobregaadvjp@hotmail.com



Os requerentes são filhos e esposa de JOSINO LIMA DA SILVA, portador do CPF nº 081.048.634-28 e RG nº 3424934 SSP/PB, falecido em 13/10/2017, vítima de acidente de trânsito, quando transitava na Rodovia PB 105 no município de Solânea-PB, onde pilotava uma moto HONDA/CG 125 TITAN KS não resistindo aos ferimentos, vindo à óbito no local, conforme Boletim de Ocorrência e Laudo (doc. em anexo).

A partir de então, os promoventes, na qualidade de herdeiros necessários da vítima, em conformidade com os documentos de identificação ora juntados, tornaram-se verdadeiros e reais detentores do direito de litigar o seguro pelo falecimento de sua mãe/cônjuge, conforme Certidões de Óbito anexado.

IMPORTANTE FRISAR, Vossa Ex^a, que os requerentes, receberam a quantia R\$ 5.062,50(cinco mil, sessenta e dois reais e cinquenta centavos) como parte da indenização de cobertura pelo seguro obrigatório de DPVAT, sendo que ficou faltando receber o valor de R\$ 8.437,50 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e a morte.

Ainda, o valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de R\$13.500,00, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei n. 6.194/74. Por tal motivo, vem bater as portas do judiciário para reaver o valor de sua indenização em sua total integralidade.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

- Da Legitimidade Ativa -

Av. Dom Pedro II, nº 1269, sala 405, Edf. Síntese - Torre
João Pessoa – Paraíba, CEP 58.040-440. Fone (083) 3031-2600 / E-mail: nobregaadvjp@hotmail.com



O seguro de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de vias Terrestres – DPVAT, conhecido popularmente como SEGURO OBRIGATÓRIO, tem finalidade de socorrer as vítimas de acidentes de trânsito em todo território nacional, não importando de quem seja a culpa.

No caso em comento, é direito dos promoventes perceber a indenização por danos pessoais, ante o falecimento de JOSINO LIMA DA SILVA, posto que, são legítimos portadores do direito em comento, em razão do que dispõe o art. 4º. da Lei nº. 6.194/74, em sua redação original c/c art. 1.829, inciso IV, do Código Civil.

Atente-se para o fato de que a Sr. JOSINO LIMA DA SILVA faleceu deixando a esposa e 03 (três) filhos, conforme se denota nas certidões de nascimento dos filhos em anexo, o que legitima as partes promoventes ao recebimento da indenização devida pelo Seguro Obrigatório DPVAT.

A Lei nº. 6.194/74 assim dispõe:

Art. A indenização no caso de morte será paga, ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados. (grifo nosso)

E a respeito da ordem vocacional hereditária, o Código Civil preleciona:

Art. 792. Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.

Desta forma, as partes promoventes encontram-se devidamente legitimadas ao recebimento da indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, em razão do falecimento de seu esposo/pai, JOSINO LIMA DA SILVA, por meio de acidente automobilístico.

Av. Dom Pedro II, nº 1269, sala 405, Edf. Síntese - Torre
João Pessoa – Paraíba, CEP 58.040-440. Fone (083) 3031-2600 / E-mail: nobregaadvjp@hotmail.com



- Da Legitimidade Passiva -

O art. 7º, da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** se constitui em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a promovida.

Neste tom, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEGITIMIDADE - SEGURADORA - Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”.
(TAMG - AP 0350628-9 - Uberlândia - 1ª C. Cív. - Rel. Juiz Silas Vieira - J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, nenhuma dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da Fenaseg é parte legítima para pagamento do seguro obrigatório.

- Da Documentação Necessária para o Recebimento da Indenização -

Anota o art.5ª da Lei Nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da

Av. Dom Pedro II, nº 1269, sala 405, Edf. Síntese - Torre
João Pessoa – Paraíba, CEP 58.040-440. Fone (083) 3031-2600 / E-mail: nobregaadvjp@hotmail.com



existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do seguro”.

Destarte, o 1º, “a”, do mesmo artigo, alterado pela Lei 8.441/92, assevera que a indenização será paga mediante a apresentação dos seguintes documentos, a saber:

a) Certidão de Óbito, b) Registro da ocorrência no órgão policial competente; e c) Prova de qualidade de beneficiários no caso da morte.

Reforma a idéia do artigo acima citado, pontifica o art.7º, caput, da Lei nº. 6.194/74, ao estabelecer que:

“A indenização por pessoa vitima por veiculo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro abjeto desta lei”.

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do premio do seguro obrigatório, bastante, apenas, a prova da existência do fato e suas conseqüência danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até **sumulada na Corte do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA** Vejamos:

“STJ SÚMULA 257: A falta de pagamento do premio do seguro obrigatório de Danos pessoais Causados por veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

Na mesma seara, decidiu a **TURMA RECURSAL CÍVIL DO ESTADO DA PARAIBA**, observe:

“RECUSO – SEGURO OBRIGATORIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE DA SEGURADORA DEMANDARA - AUSENCIA DE RESTRIÇÃO DA LEI No

Av. Dom Pedro II, nº 1269, sala 405, Edf. Síntese - Torre
João Pessoa – Paraíba, CEP 58.040-440. Fone (083) 3031-2600 / E-mail: nobregaadvjp@hotmail.com



8.441/92 A SUA APLICAÇÃO AOS ÓBITOS OCORRIDO ANTES DE SUA VIGÊNCIA - DESNECESSARIO DE PROVA DO PAGAMENTO DO PRÊMIO PELOS BENEFICIARIOS - SENTENÇA MANTIDA RECURSO IMPROVIDO - Todas as seguradoras consorciadas são indistintamente obrigadas ao pagamento da indenização do seguro obrigatório de sua vigência, sem que se passe exigir dos beneficiários a comprovação do pagamento do prêmio". (Relator. JUIZ ALEXANDRE TARGINDO GOMES FALÇÃO. Ano 2001 Data Decisão: 19/12/2000.Natureza:RECURSO INOMINADO. Órgão Julgador:TURMA RECURSAL CÍVIL .Procedência :CAMPINA GRANDE - 2ª REGIÃO Origem:JUIZADO ESPECIAL CIVIL Comarca: CAMPINA GRANDE.

Ainda:

"AÇÃO INDENIZATORIA - PEDIDO CUMULADO COM DANOS MORAIS - POSSIBILIDADE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)- ACIDENTE DE VEICULO - RECUSA AO PAGAMENTO PROVA DO FATO - RECURSO IMPROVIDO. A indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais (DPVAT), causados por Veículos Automotores Via Terrestres, devida à pessoa vítima, pode ser cobrada de qualquer seguradora integrante do convênio, independente de pagamento do prêmio do seguro. Havendo recusa injustificada à cobertura securitária, pode o prejudicado, a depender do caso concreto, pleitear a indenização na esfera judicial, cumulando - a com danos morais, ante o dissabor da recusa da seguradora em não pagar, "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo da indenização"(Súmula 257 do STJ).

LITIGÂNCIA DE MÁ - FÉ - PENALIDADE REQUERIDA PELO RECORRIDO - RECURSO MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO - EXEGESE DO ART.18, INC.VII, DO CPC. Restando configurado o manifesto intuito protelatório do recurso inominado, impõe - se ao recorrente a sanção gizada no art.18 do CPC. Sentença mantida por seus próprios fundamentos (art. 46, lei 9.099/95)". (Relator JUIZ HEBERT LUNA LISBOA, Ano: 2002. Data Decisão: 17/01/2001. Natureza: RECURSO INOMINADO. Órgão Julgador: TURMA RECURSAL CÍVIL. Procedência: Capital - 1ª REGIÃO. Origem: JUIZADO ESPECIAL CÍVIL.).

Av. Dom Pedro II, nº 1269, sala 405, Edf. Síntese - Torre
João Pessoa – Paraíba, CEP 58.040-440. Fone (083) 3031-2600 / E-mail: nobregaadvjp@hotmail.com



É incontestado, portanto! A concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de não somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

- Da Desnecessidade de Prévio Procedimento Administrativo-

A Lei nº. 6.194/74, (institui o Seguro Obrigatório – DPVAT), alterada pela Lei nº 8.441/92, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade da esfera administrativa, a fim de se pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do complexo da FENASEG, para tal fim.

É que os comandos legais acima elencados foram devidamente recepcionados pela norma constitucional vigente, já que estão em consonância com os princípios básicos estabelecidos e previsto dentro dos direitos e garantias fundamentais tais como: O princípio da legalidade e da inafastabilidade e indeclinabilidade da prestação jurisdicional.

O princípio da legalidade registra, de forma sintética, que ninguém será obrigado a fazer ou deixar fazer algo, senão em virtude de lei. Para tanto, o princípio em questão serve de orientação para o legislador infraconstitucional, bem como aos cidadãos que estão sob o prisma da Carta Constitucional. O princípio da legalidade mostra-se como preceito fundamental ao Estado democrático de direito, ao tempo que estabelece freios ao poder do Estado, em sua relação com o cidadão comum.

Já o princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional, atribuída constitucionalmente ao Poder Judiciário, aduz que nenhuma norma legal ou outro ato normativo poderá fazer frente ou constituir óbice à atividade legítima do Poder Judiciário, na apreciação de lesão ou ameaça de lesão a direito, sob a pena de flagrante inconstitucionalidade.

Av. Dom Pedro II, nº 1269, sala 405, Edf. Síntese - Torre
João Pessoa – Paraíba, CEP 58.040-440. Fone (083) 3031-2600 / E-mail: nobregaadvjp@hotmail.com



Pois bem, nesse sentido andou bem a lei já mencionada que instituiu o DPVAT, sendo certo que a inexistência de prévio pleito administrativo está de acordo com princípios basilares elegidos pelo Poder constituinte originário, ao passo que qualquer forma de exigência a prévio esgotamento da via administrativa mostra-se ilegal e manifestamente inconstitucional.

- Do Quantum Indenizatório -

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de R\$13.500,00, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei n. 6.194/74, *in verbis*:

“Art. 8º. Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) devido a morte em razão de acidente automobilístico.

- Do Dano Moral

Av. Dom Pedro II, nº 1269, sala 405, Edf. Síntese - Torre
João Pessoa – Paraíba, CEP 58.040-440. Fone (083) 3031-2600 / E-mail: nobregaadvjp@hotmail.com



No caso do **DANO MORAL**, nossa Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, consagra a tutela do direito à indenização por dano material ou moral decorrente da violação de direitos fundamentais:

Art. 5º (...)

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

O ato ilícito é aquele praticado em desacordo com a norma jurídica destinada a proteger interesses alheios, violando o direito subjetivo individual, causando prejuízo a outrem, e criando o dever de reparar tal lesão. Sendo assim, o Código Civil define ato ilícito em seu art. 186:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Cotejando o supracitado dispositivo normativo com o caso em baila, fica notório que a PROMOVIDA cometeu ato de irresponsabilidade e desleixo em face da PROMOVENTE, fato este que culminou em dano para a mesmo, eis que esperava receber a quantia correta e em sua totalidade da indenização que lhe é devida. Contudo, o código de defesa do consumidor prevê punição para estes casos:

Av. Dom Pedro II, nº 1269, sala 405, Edf. Síntese - Torre
João Pessoa – Paraíba, CEP 58.040-440. Fone (083) 3031-2600 / E-mail: nobregaadvjp@hotmail.com



Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (art. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Além disso, o suplicante se encontra acobertado pelos direitos básicos inerentes a todo e qualquer consumidor, vejamos:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor.

[...];

VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

No caso em questão, restam provados os prejuízos morais, causados aos promoventes, ocasionados pela forma injusta, despropositada e com má fé pela promovida quando não efetivou o pagamento de forma integral.

Como bem sabe Vossa Excelência, existem circunstâncias em que o ato lesivo afeta a sua integridade psíquica, seu bem-estar íntimo, suas virtudes, causando-lhe, um mal-estar ou uma indisposição de natureza espiritual.

No caso dos autos, é clarividente a afetação moral suportada pelos promoventes, por todo constrangimento que vem vivenciando, vez que esta sendo obrigada a arcar com valores que não eram devidos, além dos diversos constrangimentos e irritações quando das tentativas mal sucedidas em resolver tal problema.

Muito embora não exista nada que possa desfazer os DANOS MORAIS sofridos, existem meios que amortecem a dor íntima e os dissabores sofridos pelo lesado.

Considerando as circunstâncias do caso concreto, a condição econômica da parte promovida e a finalidade da reparação, a indenização por DANOS MORAIS de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) nem é exorbitante nem é desproporcional ao dano.

Av. Dom Pedro II, nº 1269, sala 405, Edf. Síntese - Torre
João Pessoa – Paraíba, CEP 58.040-440. Fone (083) 3031-2600 / E-mail: nobregaadvjp@hotmail.com



Ao contrário, os valores foram arbitrados com bom senso, dentro dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, a ser atualizada monetariamente pelo IGP-M e acrescida de juros legais de mora de 1% ao mês, ambos a contar da data do início do evento danoso (22/03/ 2018), com fulcro na Súmula 54 do STJ.

Desse modo, **a indenização pecuniária em razão de DANO MORAL É COMO UM LENITIVO QUE ATENUA, em parte, as conseqüências do prejuízo sofrido, superando o déficit acarretado pelo dano.**

III- DOS REQUERIMENTOS FINAIS:

Diante do exposto, requer-se de Vossa Excelência:

- a) A **CITAÇÃO** da empresa demandada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia e confissão;
- b) Ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar aos promoventes o valor de **R\$ 8.437,50 (treze mil e quinhentos reais)**, proveniente do falecimento de JOSINO LIMA DA SILVA, vítima de acidente automobilístico;
- c) Requer ainda, a **indenização** de cunho compensatório e punitivo, pelos **DANOS MORAIS** no importe de **R\$ 5.000,00(cinco mil reais)** causados aos Promoventes, tudo conforme fundamentado, **em valor pecuniário** justo e condizente com o caso apresentado em tela a ser arbitrado por este D. Juízo;
- d) A concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, tendo em vista que as autoras são pobres nos termos da Lei nº 1.060/50, não possuindo condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

Av. Dom Pedro II, nº 1269, sala 405, Edf. Síntese - Torre
João Pessoa – Paraíba, CEP 58.040-440. Fone (083) 3031-2600 / E-mail: nobregaadvjp@hotmail.com



e) A oportunidade de provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, principalmente a prova documental, que segue acostada;

f) A condenação do requerido no pagamento dos honorários advocatícios na base de 20% do valor da condenação, em caso de eventual recurso.

Dá-se à causa o valor de R\$ 15.000,00(quinze mil reais).

**Nestes Termos,
Pede Deferimento.**

Cacimba de Dentro -PB, 24 de agosto de 2018.

**Antonio Emilio de S. Guimarães
OAB-PB 18.529**

**Victor Hugo de Sousa Nóbrega
OAB-PB 14.892**

Av. Dom Pedro II, nº 1269, sala 405, Edf. Síntese - Torre
João Pessoa – Paraíba, CEP 58.040-440. Fone (083) 3031-2600 / E-mail: nobregaadvjp@hotmail.com

Em anexo.